

290ª ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO CARAGUAPREV.

Aos vinte e nove dias do mês de julho de dois mil e vinte e um, às 15h30min, o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev realizou reunião ordinária online por meio da plataforma digital Google Meet, devido ao contexto da pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus), visando impedir o seu alastramento, não podendo ser realizada reunião presencial, o que traria aglomeração de pessoas contrariando o isolamento social, estabelecido conforme Decreto Estadual Nº 65.563, de 11 de março de 2021 e Decreto Municipal Nº 1422, 12 de março de 2021. Presentes à reunião o Presidente do Conselho Deliberativo Marcus da Costa Nunes Gomes, Roberta Alice Zimbres Franzolin, Ivone Cardoso Vicente Alfredo, Gilceli de Oliveira Ubiña, Ivy Monteiro Malerba, Marcia Denise Gusmão Coelho e Ronaldo Cheberle. Ausente a conselheira Rosemeire Maria de Jesus. Presentes também à reunião o Presidente do CaraguaPrev Pedro Ivo de Sousa Tau, a Diretora Financeira Luana Moussalli Forcioni Guedes, a Diretora de Benefícios Rose Ellen de Oliveira Faria e o consultor financeiro da empresa LDB Consultoria Financeira LTDA, Sr. Ronaldo de Oliveira. Por solicitação do Presidente do Conselho Deliberativo, o Presidente do CaraguaPrev deu abertura a reunião agradecendo a presença de todos principalmente nesse momento de crise sanitária e elencou os itens da pauta sendo: 1) Prestação de contas do mês de junho de 2021; 2) Prestação de contas do segundo trimestre de 2021; 3) COMPREV; e 4) Relatório da Ouvidoria do primeiro semestre de 2021. Tratou inicialmente dos comunicados, primeiro informou sobre o Censo Previdenciário e Funcional, que se iniciou em 01 de julho de 2021, de forma remota, através do site do CaraguaPrev, apresentado o balanço do censo até a data de 25 de julho de 2021 onde foram realizados 1459 (um mil e quatrocentos e cinquenta e nove) recadastramentos. O Presidente do Conselho informou que irá inverter os dois primeiros itens da pauta, pois a apresentação da prestação de contas do segundo trimestre de 2021 será feita pelo Consultor Financeiro, assim, passado ao segundo item da pauta que trata da prestação de contas do segundo trimestre de 2021, foi dada a palavra para o consultor financeiro da empresa LDB Consultoria Financeira LTDA, Sr. Ronaldo de Oliveira, que apresentou a carteira de investimentos do CaraguaPrev do 2º quadrimestre de 2021, com o cenário macroeconômico atual. Iniciou falando que em 2020, após anos tendo a taxa básica de juros do país em níveis muito distantes aos mundiais, a taxa Selic alcançou o marco histórico de 2% ao ano, sendo a menor já registrada na história brasileira, no mês de agosto. O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central

(BC) iniciou em 2019 um movimento de redução para estrategicamente abaixar a taxa, que na época ainda estava em 6,5% ao ano. Com o impacto da pandemia se alastrando no país em um período mais longo que o previsto, o poder de compra diminuiu, os preços subiram devido à escassez de produtos e a inflação voltou a disparar, refletindo no reajuste da taxa Selic para 4,25% ao ano no começo de 2021, podendo chegar a 7%. No Brasil, em termos econômicos, o Banco Central endureceu o discurso, sinalizando aumento maior da taxa Selic. Com isso, os juros da parte curta da curva subiram enquanto os da parte longa recuaram. A inflação implícita nas NTN-B também recuou. Durante a maior parte do primeiro semestre, portanto, o cenário esteve difícil para a renda fixa. Apesar de o mercado esperar uma alta na Selic, e do ciclo de aperto monetário de fato ter começado em março, a renda fixa pós-fixada, como o Tesouro Selic, continuava pagando pouco. Além disso, como a curva de juros “empinada” pelos juros futuros mais longos em alta, os títulos públicos prefixados e atrelados à inflação se desvalorizavam. Com o aumento da inflação no primeiro semestre, os juros básicos da economia, que passaram de 2% para 4,25% até o momento, vêm comprometendo a performance das carteiras dos títulos públicos pré-fixados. O IRFM1+, cujos títulos têm mais de um ano de vencimento, apresentou rentabilidade negativa (3,3%) no primeiro semestre; o IRFM1, com prazos menores de um ano de vencimento, subiu apenas 0,81%. Entre os títulos públicos, a maior valorização do primeiro semestre ficou com aqueles englobados pelo IMA-B5, índice que reflete carteiras indexadas ao IPCA com prazos de vencimento de até cinco anos, cujo retorno foi de 1,29%. Os papéis que acompanham a taxa Selic diária, que fazem parte do IMA-S, tiveram ganho médio de 1,23%. Já o IMA-B5+, cujos títulos têm duração média de 12 anos, teve retorno positivo de 0,83% em junho, mas no resultado acumulado do primeiro semestre, registrou perda de 2,55%. Diante do cenário descrito acima os fundos de investimentos compostos por títulos públicos pré-fixados (IRFM, IRFM-1 e IRFM-1+), e os fundos de investimentos compostos por títulos públicos pós-fixados mais longos (IMA B 5+) terão maior volatilidade ao longo de 2021, assim a orientação do consultor financeiro é de reduzir a exposição em fundos atrelados a IRFM, IRFM-1 e IRFM-1+ e de diminuir a carteira de fundos de investimento em títulos públicos pós-fixados mais longos (IMA B 5+), passando para fundos compostos por títulos públicos pós-fixados mais curtos, como o IMA B 5 (títulos públicos com até 5 anos de vencimento). Em contrapartida, o fundo de investimento ITAÚ PRIVATE MULTIMERCADO S&P500 BRL FIC FI, CNPJ: 26.269.692/0001-61, o Standard & Poor’s 500 (S&P 500) é um índice americano composto pelas 500 maiores empresas dos EUA (companhias norte-americanas ou domiciliada no país), negociadas nas bolsas NYSE e NASDAQ. Tem um importante papel na economia mundial por

ser considerado o principal indicador de avaliação das ações do mercado norte-americano, obteve uma rentabilidade positiva de 2,58% no mês de junho e de 19,12% no ano de 2021. O fundo já faz parte da carteira de investimentos do CaraguaPrev, mas com uma porcentagem muito baixa, apenas 2,81% da carteira, assim, a fim de aproveitar o crescimento econômico do exterior a indicação do consultor é aplicar até 10% do patrimônio do Instituto neste fundo, retirando do fundo de investimento composto por títulos públicos pré-fixados, ITAÚ SOBERANO RENDA FIXA IRFM 1 FI, que terá rendimento fraco no ano de 2021, diante do cenário de aumento da taxa Selic, sendo aprovado por todos os Conselheiros presentes essa aplicação, devendo ser observado que na data do resgate do fundo, este esteja com rentabilidade positiva, a fim que evitar a contabilização de perdas. Analisado também o fundo de investimento da Caixa econômica Federal FIA CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I, as BDRs, Brazilian Depositary Receipts são ativos pelos quais os investidores podem investir em recibos que replicam as ações de mercados estrangeiros diretamente no mercado nacional. O fundo aplica seus recursos primordialmente no mercado acionário norte-americano, fazendo uso da aquisição de BDRs - Certificados de Depósito de Valores Mobiliários de emissão de companhia aberta, ou assemelhada, com sede no exterior e emitidos por instituição depositária no Brasil. Obteve uma rentabilidade positiva de 5,42% no mês de junho e de 14,23% no ano de 2021. O fundo já faz parte da carteira de investimentos do CaraguaPrev, mas com uma porcentagem muito baixa, apenas 3,72% da carteira, assim, a fim de aproveitar o crescimento econômico do exterior e aumento do dólar, a indicação do consultor é aplicar até 10% do patrimônio do Instituto neste fundo, retirando do fundo de investimento composto por títulos públicos pré-fixados, FIC DE FI CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA RF, que terá rendimento fraco no ano de 2021, diante do cenário de aumento da taxa Selic, sendo aprovado por todos os Conselheiros presentes, devendo ser observado que na data do resgate do fundo, este esteja com rentabilidade positiva, a fim que evitar a contabilização de perdas. Entretanto para sua aplicação é necessário a alteração da Política de Investimento de 2021, passando de 5% para 10% o limite superior, dos recursos alocados no Artigo 9º, A, Inciso III, Ações - BDR Nível I, em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3.922/10 e alterações, o que foi aprovado por todos os Conselheiros presentes. Assim, após apresentação a Prestação de Contas do segundo trimestre de 2021 foi aprovada por todos os presentes. Em seguida o Presidente do CaraguaPrev agradeceu a presença do Consultor e após passou a palavra a Diretora Financeira do CaraguaPrev, que apresentou a Prestação de Contas do mês de JUNHO de dois mil e vinte e um, que está disponibilizada no site do Instituto, sendo enviado o link para os Conselheiros no ato da

convocação da reunião, assim como o relatório mensal dos investimentos, que foram analisadas e aprovadas as demonstrações financeiras, bem como os relatórios e balanços contábeis das receitas e despesas, as conciliações bancárias, apresentada a evolução da execução do orçamento do RPPS e as contribuições previdenciárias, a rentabilidade, o enquadramento dos investimentos com a Política de Investimentos do CaraguaPrev e atendimento a Resolução número três mil novecentos e vinte e dois do Conselho Monetário Nacional. Após a Diretora Financeira do CaraguaPrev apresentou o Gráfico da evolução patrimonial e rentabilidade mensal do ano de 2021 e os dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto e longo prazo, conforme relatório da análise dos investimentos e balanços contábeis disponibilizado a todos os conselheiros e segurados do CaraguaPrev no site do Instituto. Assim, após apresentação, a Diretora Financeira perguntou se algum Conselheiro tem alguma dúvida ou consideração e com a negativa a Prestação de Contas foi aprovada por todos os presentes. Em seguida passou para o terceiro item da pauta, que trata sobre o COMPREV, comunicou que o Decreto Federal nº 10.188/19 veio regulamentar a Lei 9.796/99, quanto a compensação financeira entre o RGPS e os RPPS e entre os RPPS. Entretanto a operacionalização da compensação previdenciária só veio ser definida pela Portaria nº 15.829, de 02 de julho de 2020, que definiu que a compensação entre os regimes de previdência será realizada por um novo COMPREV (nova versão), até lá fica disponível a antiga versão, permitindo a compensação apenas entre o RGPS e o RPPS. Na referida portaria ficou estabelecido que para ter acesso ao novo COMPREV o RPPS deverá: 1 - Celebrar um novo Termo de Adesão junto a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho 2 - Firmar um contrato com a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – DATAPREV. 3 – Os requerimentos de compensação previdenciária entre RPPS só seriam possíveis após 01 de janeiro de 2021, para aqueles RPPS que já tiverem firmados o novo termo de Adesão com a secretaria e o contrato com o DATAPREV. Após a formalização do termo de adesão ao novo COMPREV, o RPPS poderá dar o próximo passo, que é o contrato com o DATAPREV, as condições desse contrato foram regulamentadas pela Resolução CNRPPS/ME Nº 2, DE 14 DE maio de 2021, entretanto o DATAPREV não disponibilizou, até o momento, o contrato para os RPPS. Em seguida, o Presidente do CaraguaPrev passou a palavra ao servidor do CaraguaPrev, Sr. Natanael de Oliveira Norões, para tratar sobre o quarto item da pauta. Foi enviado por e-mail a todos os Conselheiros o relatório de ouvidoria 1º semestre 2021, para análise prévia, assim passou a apresentar a minuta do relatório de ouvidoria 1º semestre 2021, pormenorizada, destacando todos os pontos do relatório, sendo que após a apresentação foi aprovado pelo Conselho Deliberativo. Registre-se que o Certificado de Regularidade Previdenciária está

vigente até o dia 25 de novembro de 2021. Nada mais havendo a tratar, encerrada a reunião pelo Presidente do Conselho Deliberativo às 17h00min, lavrada a competente Ata, que segue, para aprovação dos membros do Conselho Deliberativo.

Marcus da Costa Nunes Gomes
Presidente do Conselho Deliberativo

Ivone Cardoso Vicente Alfredo
Membro do Conselho Deliberativo

Marcia Denise Gusmão Coelho
Membro do Conselho Deliberativo

Gilceli de Oliveira Ubiña
Membro do Conselho Deliberativo

Ivy Monteiro Malerba
Membro do Conselho Deliberativo

Roberta Alice Zimbres Franzolin
Membro do Conselho Deliberativo

Ronaldo Cheberle
Membro do Conselho Deliberativo

Rose Ellen de Oliveira Faria
Diretora de Benefícios do CaraguaPrev

Pedro Ivo de Sousa Tau
Presidente do CaraguaPrev
Certificação: ANBIMA CPA-10

Luana Moussalli Forcioni Guedes
Diretora Financeira do CaraguaPrev
Certificação: ANBIMA CPA-10